

3550 337

CADERNOS HISTÓRICOS

489.
28072/4

ROCHA MARTINS
(Da Academia das Ciências de Lisboa)

A ABRILADA

(1824)

Segundo o depoimento do Ministro de França
Barão Hyde de Neuville



CADERNOS HISTÓRICOS

O excelente acolhimento que encontraram os *Cadernos Históricos*, levou o Editor a alargar o âmbito desta publicação, intentando uma obra sistemática de cultura, com lugar da maior importância na constituição duma verdadeira biblioteca.

Os *Cadernos* serão agrupados, formando volumes, para cuja encadernação serão oportunamente fornecidas capas.

PLANO GERAL

- I— *Sínteses históricas.*
- II— *As grandes instituições através da História (Família, Propriedade, Governo, Religião).*
- III— *História das doutrinas políticas e sociais (Socialismo, Comunismo, Anarquismo, Cooperativismo, Sindicalismo, Corporativismo.*
- IV— *Revoluções políticas, sociais, económicas, religiosas e artísticas.*
- V— *Pequenas Histórias das principais nações do Mundo (Inglaterra, França, Estados Unidos, Alemanha, Itália, Rússia, Brasil, etc.), precedidas dum resumo da História Universal.*
- VI— *Os grandes factos e os grandes vultos da História de Portugal.*
- VII— *Biografias dos heróis e mártires da Liberdade.*
- VIII— *Memórias.*
- IX— *Vária.*
- X— *Documentários históricos.*

CADERNOS HISTÓRICOS

ROCHA MARTINS
(Da Academie das Ciências de Lisboa)

BIB. LEG.

A ABRILADA

(1824)



Segundo o depoimento do Ministro de França
Barão Hyde de Neuville

19.169496



CADERNOS HISTÓRICOS

ROCHA MARTINS

A ABRILADA



(1824)

1893

Composição: EDIÇÕES EXCELSIOR
Travessa do Sequeiro, 2 — Lisboa
Impressão: GRÁFICA LISBONENSE
Rua da Rosa, 238 a 240 — Lisboa

A *História e a Crónica fazem-se com documentos. Não há propósitos em a escrever a favor, contra alguém ou contra qualquer sistema. Provas, factos, testemunhos e eis a História. Se outros elementos aparecem a destruir o que se afirmou é necessário corrigir os expoentes apresentados.*

Determinados personagens históricos que, em certas épocas da sua acção, se apresentam sob aspectos condenáveis, noutras modificam-se e por isso se devem estudar as causas e os movimentos, os agentes que determinaram esses câmbios.

Foi o que succedeu com D. Miguel Infante, D. Miguel Rei e D. Miguel Proscrito.

Livre de influências que o conduzissem, entregue a si próprio, à experiência e à reflexão, o vencido de Evoramonte, desde aquela hora, aparece na História sob aspecto diverso do que até aí incarnara. Por detrás do Rei estavam os ministros, como por detrás do Infante se agitavam outras personalidades que o impeliam a maus actos, explorando a sua idade, a sua falta de educação e os seus ímpetos de valentia.

O que vai ler-se é inspirado na obra de um estrangeiro que tomou parte principal nos acontecimentos da Abrilada. Propositadamente pusemos de lado as narrativas portuguezas que a alguns poderiam parecer tendenciosas.

O autor do depoimento, o barão João Guilherme Hyde de Neuville não era liberal. Em 1793 tornara-se um dos mais activos e ousados agentes realistas em França. Propôs a Bonaparte a restauração do trono dos Bourbons. Conheceu e foi cúmplice dos grandes vendeanos. Refugiado nos Estados Unidos depois do atentado da rua de Nicaise, só voltou a França quando o Império caiu, em 1814. Deputado, no ano seguinte foi ministro na América do Norte, de 1816 a 1821, e em Lisboa, onde assistiu aos acontecimentos de 1824. Ministro da Marinha, do gabinete de Martignac, esse grande amigo dos Bourbons, abandonou a política, em 1830, quando da proclamação do liberalismo.

Escreveu *Memórias* nas quais nos baseamos e faleceu em Paris com oitenta e um annos, em 1857.

Viveu no reinado de Luís XVI, durante a República, o Directório, o Consulado, o Império, e sob os governos de Luís XVIII, Carlos X, Luís Filipe, a República de 48 e do Segundo Império.

Quem tanto viu em lugar de destaque e de análise, misturando-se, de muito perto, aos acontecimentos de Portugal, não pode ser considerado como interessado em denegri-los.

Repetimos: o barão Hyde de Neuville não era liberal; abandonou até a sua carreira pública quando o governo constitucional foi proclamado em França.

Ouçamos, pois, a melhor e mais perfeita testemunha da *Abrilada* em Lisboa.

Um baile na legação de Inglaterra — A noite da conjura
— Descrição das origens do movimento denominado
a *Abrilada* — Bosquejo do carácter e da acção do
Infante D. Miguel

«Na tarde de 29 de Abril de 1824 espalharam-se boatos sinistros na cidade. Desusado movimento de tropas, durante a noite, a rápida passagem de estafetas que se dissimulavam na sombra, não me deixaram mais dúvidas a respeito do acontecimento que ia estalar» (1).

Havia um grande jantar de gala na legação de Inglaterra, cujo ministro, sir Eduardo Thornton (2), festejava o aniversário do seu soberano (3).

Houvera uma certa frieza provocada pela distribuição dos lugares à mesa, mas dissipara-se após os

(1) Hyde de Neuville — *Memórias* — Vol. IV, pág. 150.

(2) Conde de Cacilhas, em três vidas, com o usufruto das terras da Patriarcal, nas lezírias do Tejo; Grã-Cruz da Torre e Espada.

(3) Jorge IV.

brindes ao rei da Grã-Bretanha. Começou o baile nos salões do rés-do-chão, que abriam sobre o jardim. Fazia muito calor. «A noite era admirável, uma noite veneziana na qual nem a menor brisa turbava a claridade do espaço». Uma orquestra tocava no salão onde se dançava.

A baronesa de Hyde de Neuville, ministra de França, tendo reparado na fisionomia transtornada da condessa de Subserra (1), esposa do ministro da Guerra, ouviu-a dizer que a procurava, confiando-lhe que: «seu marido fôra ameaçado de ser assassinado, nessa tarde, e que, ao receber o aviso, se dirigira ao palácio real para pedir ao rei que consentisse na aplicação das medidas de rigor que de balde solicitava desde o assassinio do infortunado marquês de Loulé (2).

«O senhor Hyde de Neuville, muito inquieto pelo perigo que podia correr o conde de Subserra, ao sair do palácio da Bemposta (3), propôs à senhora de Subserra, quando a hora lhe permitisse deixar o baile, sem levantar suspeitas, pedir as duas carruagens ao mesmo tempo» (4).

(1) O conde de Subserra, Manuel Inácio Martins Pamplona, casou com D. Isabel da Roxa e Lemos.

(2) O marquês de Loulé foi assassinado no palácio real de Salvaterra, em 28 de Fevereiro de 1824 e existe o processo nos Feitos Findos. No *Arquivo Nacional* tratou o autor imparcialmente, como sempre, desse caso servindo-se dos citados documentos.

(3) Era o paço real no Campo de Santana.

(4) Carta da baronesa de Hyde de Neuville, inserta no Vol. IV das *Memórias* do barão de Hyde de Neuville, págs. 150 e 151.

«Para evitar todas as particularidades, a condessa entraria, com a filha ⁽¹⁾, na sua, e deixá-la-ia a alguma distância, subindo para a nossa, que a seguiria de perto.»

Assim se praticou. Dera-se ordem ao cocheiro para conduzir o carro devagar, afim de se reconhecer muito bem a libré da legação de França. O criado dos Neuville divisou «homens armados de escopetas dissimulando-se por detrás dos renques de aloés dos jardins».

O conde conseguiu também entrar em casa, «depois de ter enganado os conspiradores, dando uma grande volta».

As confissões do ministro de França são do seguinte teor:

«Compreendi que o meu dever de embaixador era defender o trono que os facciosos ímpios queriam derrubar. O prestígio que a França então inspirava, sobretudo depois que seu vitorioso exército vencera a revolução em Espanha, levou-me a tomar, de seguida, as medidas necessárias para fazer respeitar a bandeira francesa ⁽²⁾ na minha pessoa e socorrer o monarca exposto aos mais graves perigos.»

O ministro encarregou Gros, adido da legação, de participar ao sr. de Chateaubriand, o grande escritor,

(1) D. Maria Mancia de Lemos Roxa Carvalho e Menezes Pequeno Chaves Palma, casada com seu primo, Fradique Lopes de Sousa Abreu e Lemos, que foi marquês da Bemposta. Casou, em segundas núpcias, com Teodoro de Saint Leger, sobrinho de Hyde de Neuville, agraciado por D. João VI com o título de Conde da Bemposta.

(2) A expedição comandada pelo duque de Angoulême, que ficou conhecida pela dos «Cem mil filhos de S. Luís», e que derrotou os liberais espanhóis no reinado de Fernando VII.

então Ministro dos Estrangeiros de Carlos X, «os acontecimentos de que Lisboa se tornara teatro e de prover à segurança da embaixada».

«Assim que cumpri este dever, escreveu o barão de Neuville, só tive o desejo de me chegar junto do Rei (1) e de não o abandonar enquanto a sua autoridade não estivesse reconhecida e o perigo afastado.

«Mandei pôr a carruagem de gala, e, acompanhado pelo visconde de Flavigny, secretário da legação, dirigi-me ao palácio da Bemposta.»

Circulavam duas versões: a primeira que uma tentativa contra a pessoa do rei tinha sido frustrada pelo príncipe (2); e a segunda, a mais espalhada, acusava-o de querer depor seu pai para se fazer aclamar.

O regresso da Rainha (3) a Lisboa dava visos de verdade a esta versão.

«Chego do fatal acontecimento que perturbou este reino e que o ia revolucionando.

«O Rei que julgava sempre bem quando ninguém influa no seu juízo, reconheceu, de seguida, o que pretendiam os assassinos do marquês de Loulé.

«Dissera a um dos seus servidores de Salvaterra: — «Meu amigo, viste começar o 30 de Abril. Foi em Salvaterra que se deu o primeiro golpe!...»

«O fim dos conspiradores consistia em aterrar o monarca pelo assassinio dos homens que êle, por justo

(1) D. João VI.

(2) O infante D. Miguel.

(3) A rainha D. Carlota Joaquina, esposa de D. João VI e mãe de D. Miguel.

título, considerava os seus amigos mais dedicados e levá-lo, depois disso, a abdicar por vontade ou à fôrça.

«Deviam interná-lo em Mafra.

«Sabe Deus onde chegariam os miseráveis que dirigiam o movimento», escreveu o ministro francês.

«A abdicação devia ser feita a favor do herdeiro legítimo, D. Pedro (1). O Infante, ou antes a Rainha, governando em seu nome a metrópole tornada colónia (2), teriam necessidade de uma fôrça superior, para conter o espírito nacional, que tenderia sempre a opor-se a um estado de cousas tão humilhante para Portugal.

«Enfim, nesta conspiração mal urdida, porque se cruzavam muitos interesses opostos, via-se a Rainha seguir um plano que nunca abandonara.

«Querendo chegar ao seu fim pela intriga, mas não se podendo enganar o Infante, pela única atracção do poder, e ainda menos levá-lo a tornar-se docil instrumento de miserável e cobarde trama, do qual devia acreditar que ele teria horror ao ver a nu o fundo da intriga, aquela hábil princesa, pensaria serem precisas molas diferentes das empregadas em mover as almas vulgares, para levantar aquele coração, ardente e impetuoso, que, até então, parecia submisso ao dever e só obedecer à vontade paterna (3).

(1) D. Pedro fôra proclamado Imperador do Brasil em 7 de Setembro de 1822.

(2) A antiga colónia era reino desde 16 de Dezembro de 1815.

(3) Já se revoltara em 26 de Maio de 1823, indo para Vila Franca, onde D. João VI fôra encontrá-lo. Caíra o regime Vintista, o da Constituição, no dia 5 de Junho, voltando o monarca a declarar-se soberano absoluto.

«Tinha-se já excitado a sua imaginação; envolvera-se a sua mocidade e a sua inexperiência de fantasmas; tinham-no enganado, seduzido, embriagado, feito dêle um sectário.

«Aqueles que, por outras vistas políticas, deixavam actuar a Rainha e até a secundavam, em segredo, espalhando que se ia fazer da metrópole a colónia, deviam estar eles próprios atemorizados pela direcção dada à conjura e foi isto que pode explicar sua incerteza, sua inábil marcha no dia da acção.

«A sublevação não se realizaria, ou pelo menos teria tempo para amadurecer e bem se combinarem as cousas, se os assassinos do marquês de Loulé não tivessem sido informados de que iam ser presos por ordem do Rei.

«Tinham toda a responsabilidade do crime atroz de Salvaterra e coíbiam-se de o confessar diante do jovem Príncipe (1); mas não cessavam de lhe repetir que não só queriam fazer recair sôbre eles o delicto, que provàvelmente não passava de uma vingança particular, mas que se tinha também por fim comprometer o Infante e a Rainha e prendê-los por sua vez.

«Não era preciso mais para transtornar a cabeça do infeliz Infante que a natureza podia ter feito um homem superior, mas que uma educação inteiramente descurada colocara na linha dos seres cegos e apaixo-

(1) É outra a versão do processo instaurado e de alguns testemunhos portugueses, mas Hyde de Neuville seguia o critério segundo o que apurara e merece atenção.

nados que só amam o perigo, que só conhecem a sua espada e são tão capazes de salvar como de perder os Estados? O ponto capital para chegar à abdicação projectada consistia em afastar os conspiradores e corajosos realistas, sobretudo os chefes dos corpos, que nunca se prestariam a secundar esse cobarde atentado e que talvez tomassem as armas em defesa do seu soberano.

«Enquanto ao Infante, encontrara-se, talvez, o único meio de o levar a consentir na abdicação de seu pai: diziam-lhe que o monarca estava rodeado de inimigos do trono e a vida da Rainha se achava ameaçada. Toda a família de Bragança, a Monarquia Portuguesa, o próprio Rei corriam grandes perigos; enfim, o perigo era iminente e D. João VI era muito fraco para salvar o Estado. Era, pois, em seu próprio interesse que devia abdicar e entregar o poder a mãos fortes.

«Ao assassínio do marquês de Loulé devia ter-se seguido o do primeiro ministro. Tudo leva a crer que se pretendiam desfazer do marquês de Palmela, pelo punhal. Entretanto, o crime de Salvaterra inspirara tanto horror que os conjurados, cheios de medo, suspenderam os golpes.

«O Rei, acabrunhado pela dor, ordenara aos seus ministros que procurassem cuidadosamente os autores, fautores e cúmplices do crime, e pareceu, ao começo, querer-se cumprir activamente essa ordem, mas logo se demorou o inquérito, e parecia que, quanto mais a opinião pública apontava os culpados, menos o governo parecia disposto a atingi-los.

«Entretanto, o conde de Subserra e o intendente da polícia, barão de Rendutte (Rendufe), acabaram por decidir o Rei a fazer cessar o escândalo e permitir a captura dos indivíduos apontados, e sobretudo de um personagem que, em voz alta, se acusava de ter meditado e dirigido o assassínio.

«Os conjurados resolveram não aguardar mais tempo e marcou-se o dia 29 de Abril para o assassínio do conde de Subserra.»

Escolhera-se provavelmente esse dia, porque a côrte devia estar reunida em casa do ministro de Inglaterra, que celebrava o aniversário do seu soberano.

Sabe-se como a condessa recolhera a sua casa e como o esposo conseguira também chegar ao seu palácio. No dia seguinte, porém, corria que o queriam prender, segundo uns, dizendo outros que o iam assassinar. O barão de Hyde de Neuville continuou a sua narrativa:

«Em 30 de Abril, desde as quatro da manhã, viu-se o príncipe, instrumento cego de oito ou dez miseráveis, percorrer as ruas, ir de caserna em caserna, mandando gritar: *Morte aos traidores!* e buscando sublevar não só a tropa e mesmo o povo e a população, persuadindo todos que a família de Bragança e a Monarquia estavam em perigo.

«De seguida os regimentos dirigiram-se ao lugar indicado, a praça do Rossio, mas o povo conservava-se calmo e só passivamente respondia aos brados dos soldados.

«Entretanto, em menos de duas horas, mais de trezentas pessoas foram arrastadas para as prisões. O pró-

prio Rei já estava cativo no seu palácio e a praça do Rossio, quartel general do Príncipe, cobria-se, cada vez mais de baionetas.

«Não tendo este primeiro movimento nenhum efeito sensível sôbre o povo, imaginou-se uma fábula atroz, que em virtude da dedicação sentida geralmente pelo Rei, poderia provocar o massacre geral dos presos.»

O Infante, na sua proclamação, só se referira a uma facção desorganizadora que ameaçava o trono e era preciso esmagar, abafar.

De repente espalhou-se o boato que, durante a noite, se pretendia apunhalar o soberano. Entrava-se em pormenores; diziam-se os nomes dos assassinos, que tinham aparecido mascarados, introduzindo-se nos aposentos do monarca que só por milagre escapara ao execrando atentado.

A notícia do assassinio do Rei correu por todos os quartéis, dizia-se que era certo; o Infante salvara seu pai e o país, e o terrível grito de «morte aos franco-maçons» ressoou com esse furor que, nas crises populares, é frequentemente o funesto precursor das vinganças e do crime. Entretanto, a Rainha, a quem o Infante, ao romper do dia, enviara o regimento n.º 1 de cavalaria, chegara à cidade onde se gritava:—«Viva a Rainha! Viva o Infante!»

«Para saudar o povo affectara-se espalhar que, ao meio dia, aquela princesa seria proclamada Regente pelo exército e que, de seguida, receberia no palácio da Ajuda as homenagens de todos os bons portugueses.

«Nomeara-se um ministério no Rossio e começava-se a dizer, em voz alta, que o Rei era muito fraco para governar e que se tornava necessária a sua abdicação, por vontade ou por fôrça.

«A audácia dos conspiradores ia tão longe quanto possível, quando o corpo diplomático apareceu em cena.»

Assim diz a narrativa extraída da obra do barão Hyde de Neuville, anti-liberal, antigo vendeano, que combatera sempre pelos Bourbons e que não pode ser acusado de mação, nem sequer de vagamente ligado com qualquer pequena facção moderada do liberalismo no seu país ou fora dele.

Por esse motivo, e pela atitude que tomou, o seu depoimento é de alto interesse para a descrição e análise da *Abrilada*.

II

A noite da revolta e a atitude do corpo diplomático
— Os representantes estrangeiros no paço da Bem-
posta — Lord Beresford e o embaixador da França
— Os terrores de D. João VI

Os franceses, residentes em Lisboa, tinham-se colocado às ordens do senhor Lefèvre (1).

O barão de Neuville decidiu dirigir-se ao Paço da Bemposta, colocar-se às ordens do monarca e defendê-lo. Mandara Gros, o adido da legação, solicitar a presença dos membros do corpo diplomático, numa reunião que convocara.

Ao encarregado dos negócios da Rússia (2), já lhe tinham enviado uma carta na qual se pedia para «con-

(1) Havia em Lisboa muitos comerciantes franceses de importância, com bastantes empregados da mesma nacionalidade. Durrieu, Champlon, Sauvinet, Sabichon, Roule Maillard, Orcel, Martin, Kael, Launey Guillot, Lequen, Lombré, Rey, Ripond Malherb, Roland e Semiond, Laborde Deruet, etc. A Legação era na rua de S. Francisco de Borja.

(2) Francisco de Borel, que foi barão de Palença. A Legação era em S. Pedro de Alcântara.

siderar se era ou não urgente uma reunião do corpo diplomático na legação francesa. Acrescentava-se que «o embaixador de Espanha (1) e o encarregado dos negócios da Dinamarca (2) estavam em sua casa e esperavam uma resposta».

O representante de França ia subir para a sua caruagem, afim de ir à Nunciatura (3), quando lhe apareceu a marquesa de Palmela, banhada em pranto.

D. Eugénia Teles da Gama, desposara, em 4 de Junho de 1810, o então conde de Palmela, D. Pedro de Sousa Holstein, também conde de Sanfré no Piemonte, e que seria o diplomata universalmente celebrado como paladino da causa liberal. Ministro dos Estrangeiros em 1824, era dos políticos que os absolutistas mais odiavam. Chorando muito, a condessa de Palmela participava a Hyde de Neuville que seu esposo acabava de ser encerrado na Torre de Belém.

O conde de Suberra já se encontrava a bom recato em casa do senhor Setaro, onde o ministro de França o foi visitar. Pouco depois estava de novo em presença da condessa de Palmela e da baronesa de Neuville. O diplomata ia encontrar-se com o Núncio, deixando na legação seu sobrinho, Teodoro de la Rue de Saint Leger, para receber quem o procurasse, apesar de não ocupar qualquer cargo oficial. Seria, mais tarde, marquês da Bemposta e Suberra, pelo seu casamento com a

(1) Duque de Vilahermosa. — A Embaixada estava instalada no largo de S. Domingos.

(2) Comendador Dal Borgo^odi Primo, Rua da Emenda.

(3) A Nunciatura era à Boa Morte, e o núncio monsenhor Franzoni.

enteada de Manuel Martins Pamplona, o ministro da Guerra que se abrigaria na legação de França naquela manhã de Abril de 1824.

O Núncio dissera ao barão de Neuville que seguiria para toda a parte. No regresso encontrou o embaixador de Espanha e os encarregados de negócios da Rússia e da Dinamarca, que deliberaram acompanhá-lo ao Paço Real.

Durante meia hora esperaram os outros membros do corpo diplomático, mas como a demora era perigosa decidiram partir para a Bemposta, mandando dizer aos colegas o que se deliberara.

As carruagens seguiriam pela ordem estabelecida: a do Núncio precedia a do Ministro de França, seguindo-se a do embaixador de Espanha. Ao saírem da Nunciatura apparecera o ministro da América, que era idoso. Neuville desceu, para lhe poupar a pena de se aprear e pô-lo ao facto do que se pretendia.

O general Deaborn ⁽¹⁾ respondeu-lhe que eles, republicanos, tinham pouco interesse pelas mudanças de governo na Europa e que de facto eram acreditados junto daquele ou daqueles que tinham a autoridade, com razão ou sem ela.

« — Sim, general, — volveu o francês — mas na crise actual trata-se não só de socorrer um rei, mas um pai e um perfeito homem de bem. »

(1) A Legação era na rua de Buenos Aires. Sucedeu ao general Deaborn na representação americana, Tomás L. L. Brent como encarregado de negócios.

Acabou por acompanhá-los. «O velho companheiro de Washington» foi com os seus colegas. Encontraram, a alguma distância, o ministro da Inglaterra, sir Eduardo Thornton, que vestia à paisana, mas, mesmo assim, se decidiu a segui-los, subindo para a carruagem do ministro de França, Neuville, que escreveu :

«Essa circunstância imprevista acrescentou nova força moral ao corpo diplomático porque os facciosos compreenderam de seguida que a França e a Inglaterra marchariam de acordo para salvar o príncipe legítimo.»

Atravessaram o Rossio com aquele cortejo e houve quem imaginasse que iam para o campo dos insurrectos, o que estes acreditaram.

«Em breve se desenganaram, o que foi para os seus chefes o golpe fulminante, ao verem desfilar a Europa inteira, através das alas das baionetas dos facciosos, para ir ao encontro do régio prisioneiro. «Toda Lisboa sabe que neste mesmo instante alguns dos principais conjurados se olharam em silêncio e empalideceram. Desde esse momento sentiram-se perdidos como depois confessaram. Parece que estes conspiradores imprevidentes nem sequer tinham pensado nos representantes dos soberanos» (1).

O corpo diplomático, ao qual, durante o percurso, se juntaram os ministros de Áustria (2) e o encarregado

(1) Hyde de Neuville — *Memórias*, págs. 164 a 166.

(2) O Ministro austríaco era Lebezelttern. A Legação estava instalada na rua de S. Félix.

dos negócios dos Países Baixos (1) chegou completo ao palácio da Bemposta.

Recusaram-lhe a entrada sob o pretexto de que nenhuma carruagem podia passar.

Os diplomatas desceram dos carros e caminharam através da soldadesca. Uma sentinela agarrou o colete do ministro inglês, que estava à paisana, e não o quis deixar passar. Tiraram-lho das mãos, e Thornton colocou-se entre o Núncio e o Ministro da França. Assim chegaram à escadaria do palácio, que estava cheia de militares.

Continua, do seguinte modo a narrativa de Neuville:

«Um homem de rosto árabe, de bigodes negros e retorcidos, apresentou-se e disse-nos que não se podia passar sem uma ordem do Infante... e atreveu-se até a mostrar-nos um bilhete distribuído na véspera aos conjurados, perguntando-nos se tínhamos um igual.

«Respondi-lhe, em voz alta e inteligível, que a Europa, que representávamos, só conhecia o Rei; que o Infante não passava de um vassalo, e que não tinha ordens a dar no palácio de seu pai; que entrávamos ou saíamos só por ordem do Rei; que, enfim, o tornávamos pessoalmente responsável do que pudesse resultar da demora de ir receber as ordens de Sua Majestade, pois o Rei tinha o direito de mandar.

«Repeti, em mau português, o que acabara de lhe dizer em francês e concluí por estas palavras: «Se

(1) O senhor de Borel, R. do Prior. O secretário era o barão de Grovestein.

se perdoa a um Infante culpado, os seus cúmplices enforcam-se.»

Disseram-lhes que se ia ao Rossio receber as ordens do Infante, mas retorquiu-se-lhes que só entrariam por ordem do Rei. O ministro de França observou:

«Vi num dos cantos do vestibulo alguns cortesãos. Estavam pálidos, silenciosos e pouco resolvidos a querer tomar parte numa luta de que era difficil prever todas as consequências. Aproximei-me daqueles senhores e disse ao visconde de Vila Nova da Rainha (1):

«Sois vós, senhor visconde, quem ordinariamente nos conduzis à presença de Sua Majestade: caminhei à nossa frente e levai-nos junto do vosso Augusto Amo; se esses facciosos ousarem repelir-nos, podeis, ao menos, dizer-lhes na sua própria língua, que eles responderão por este ultraje feito à Europa inteira.»

O introdutor balbuciou algumas palavras: não tinha a menor autoridade; ninguém podia passar sem licença do Infante.

O barão de Neuville asseverou:

«As minhas instâncias tornaram-se enérgicas: ele cedeu, nós avançámos. Logo D. Tomás de Mascarenhas, (2) um ajudante de campo do Infante, que acabava

(1) Francisco José Rufino de Sousa Lobato, visconde de Vila Nova da Rainha, grande privado de D. João VI — 1773-1830.

(2) D. Tomás de Mascarenhas, filho do 4.º conde de Óbidos; ajudante de D. Miguel e coronel de cavalaria 4, em 1828. Não aderiu ao golpe de Estado; perfilhou a Causa Constitucional. Foi bravo nesta guerra; teve um momento de fraqueza, quis resgatá-lo e pagou-o com a vida, acabando nas linhas de Campoide, a bater-se contra os miguelistas em 5 de Setembro de 1833.

de o deixar para se dirigir ao Rei, elevou a voz e disse:

« — Não. El-rei não está prisioneiro e cousa alguma pode impedir que o corpo diplomático chegue junto dele.»

«Continuámos a subir. Pouco a pouco abriram-se as fileiras, e por assim dizer, deslizávamos por entre soldados até ao alto da escadaria. Atravessámos três salões e, no do Trono, deparámos com o infortunado monarca, mergulhado na dor.

«Sua Majestade tinha junto dele o seu mordomo-mor, marquês de Torres Novas ⁽¹⁾, e o marechal Beresford ⁽²⁾, que se apresentou na Bemposta. Mas, como chegou junto do soberano, quando os principais oficiais da Coroa tinham sido detidos pela sua guarda? Eis o que ainda hoje se ignora.

«Obtivera licença do Príncipe para se aproximar do real cativo? Nesse caso, qual era o objectivo do Infante? E se não lhe concedera a licença, como é que as fileiras cerradas para o corpo diplomático se abriram, sem a menor dificuldade, para um estrangeiro

⁽¹⁾ Era um perfeito anão. Chamava-se D. Alvaro António de Noronha Abranches Castelo Branco e era o 7.º conde de Valadares. Desposara sua prima D. Maria de Noronha da Cunha, dos Angejas, que faleceu em 1807, e casou, em segundas núpcias, com D. Inês da Cunha, filha dos condes de Povolide.

⁽²⁾ Guilherme Carr Beresford. Fôra marechal do exército português desde 1809 até 1820. Rigorosíssimo disciplinador, era temido e detestado. Conde de Trancoso, marquês de Campo Maior. Em 1820 os revolucionários vencedores impediram-no de desembarcar em Lisboa, no regresso do Rio de Janeiro, onde fôra dar contas a D. João VI do que se passara em relação ao suplicio do general Gomes Freire de Andrade — 18 de Outubro de 1818 — e dos Mártires da Pátria. Nunca perdera a idéia de voltar ao comando do exército português. Enriquecera fabulosamente.

de quem a tropa não gostava, e que os conjurados deviam recear se o Infante não contasse com êle?

«Ser-me-á difficil descrever o estado deplorável em que encontrámos o Rei: parecia ter perdido todas as suas faculdades. A nossa presença pareceu reanimá-lo um pouco. Até então, só recebera conselhos tímidos ou perfidos e todos os receios, digamos melhor, todos os terrores, se albergavam na sua alma. Julgara presos todos os seus ministros; e apesar das suas inquietações pessoais, as suas lágrimas corriam pelo pobre Pamplona — era assim que chamava ao conde de Subserra. Ai de mim — disse — é sobretudo ele que está em perigo». Vi êsse bom rei tão atormentado por aquella idéia que não resisti ao prazer de lhe mitigar a sua dor.

« — Senhor — disse-lhe — esse fiel servidor está em segurança.

« — Não, senhor embaixador, está na prisão.

« — Não, Senhor, repliquei enèrgicamente: o conde de Subserra não está em poder dos facciosos: posso assegurar-lhe a Vossa Majestade.

«Difícilmente posso descrever o efeito que produziram as minhas palavras naquela alma abatida. Foi um relâmpago de tocante alegria seguido de um raio de esperança. Tinha os olhos fixos sobre o Rei. A sua profunda dor absorvia todo o meu pensamento e provocava toda a minha indignação. Vendo-o tão desgraçado, e sabendo-o tão bom, teria dado a minha vida por êle.

«Desde esse momento pareceu-me ter saído do seu abatimento. Agradecia, com a sua natural afabilidade, ao corpo diplomático, pedia-lhe conselhos, e disse-nos,

em voz baixa, que estava preso no seu palácio e que ignorava os desígnios do filho.

«A conversação prosseguia diante de Sua Majestade; cada um apresentava a sua idéa, confundiam-se as vozes; o monarca, que os ouvia, calava-se e, se parecia querer tomar parte na conversa, lord Beresford apresentava-se a responder por ele.

«Perguntei, ao senhor marechal Beresford, se era a um membro do gabinete que tinha a honra de falar. Ele ficou um pouco desconcertado e respondeu-me que o Rei se dignava honrá-lo com a sua confiança — mas que não era seu ministro. Observei, então, a lord Beresford que entre o Rei e o corpo diplomático só podia haver um intermediário: o seu ministro dos Negócios Estrangeiros; que noutra ocasião eu ficaria encantado de ter relações com ele, mas que, nas presentes circunstâncias, só as palavras de Sua Majestade podiam e deviam ser as únicas a dar-nos a conhecer seus desejos e vontade.

«Sua Majestade repetira que tudo se fizera contra as suas ordens; que se tinham prendido os seus melhores servidores e ninguém o quisera assassinar durante a noite, como ousaram propalar.

«Acrescentou que estava prisioneiro no seu palácio, e que tinha muita necessidade do apoio e dos conselhos do corpo diplomático.

«Comunicou-nos, então, a carta que seu filho lhe dirigira e que o encarregado dos negócios da Rússia leu, e neste momento, o Rei disse-me ao ouvido: A Rainha está ali, chegou ao Paço uma hora depois da revolta das tropas. É ela que impele o meu filho.

«Depois Sua Majestade dignou-se perguntar-me o que devia fazer, acrescentando que estava pronto a seguir os meus conselhos. Retirou-se um pouco para trás e fez-me sinal para me aproximar, dizendo ter, mais do que nunca, precisão dos meus conselhos.

«Respondi ao Rei: Vossa Magestade, se quiser, pode restabelecer em menos de duas horas, a sua autoridade. O exército e o povo estão iludidos; pensam que vos quiseram assassinar e o maior número pegou em armas por amor pela Vossa Augusta pessoa. A atitude do corpo diplomático desmanchou as suas combinações. Dai ordem para vosso filho vir aqui, e se ele recusar iremos todos ao Rossio com Vossa Majestade; uma só palavra vossa fará com que o exército volte ao seu dever. Se o Infante vier, e estou quase certo de que virá, recebei-o diante do corpo diplomático!

«As minhas palavras tinham a força que nasce da convicção, e que facilmente chama a confiança.

«Pois bem! disse-me o Rei, falarei dessa maneira ao meu filho e diante do corpo diplomático». Repetiu a ordem já dada a três dos seus oficiais de irem buscar o Infante.

«Anunciou-se que D. Miguel ia cumprir a real ordem.

«Eu esperava o Príncipe na maior ansiedade. Lord Beresford acabava de se aproximar do monarca e receei que o marechal soubesse o conselho que eu acabava de lhe dar; receava, sobretudo, que fizesse mudar o plano de conduta do Rei.

«Lord Beresford convidou-o a entrar no seu gabinete para que os senhores membros do corpo diplomático pudessem sentar-se. O bom monarca não respondeu,

voltou-se; levantou ele próprio o reposteiro da porta do lado da sala do Trono e desapareceu. Lord Beresford seguiu Sua Majestade. A minha primeira idéia foi fazer o mesmo, mas querendo guardar certas considerações, por causa do corpo diplomático, dirigi-me ao Embaixador de Espanha e disse-lhe:

«— Senhor duque; levam-nos o Rei; é preciso que ele entre na Sala do Trono, de outra maneira tudo falhou e o Rei não será capaz de dirigir qualquer palavra mais enérgica a seu filho a não ser na nossa presença. Sois o embaixador da Família. Subi e trazei-nos Sua Majestade.

«O duque de Villahermosa dirigiu-se ao soberano que deu alguns passos para seguir o embaixador; um sinal de Beresford e duas ou três palavras do ministro do Interior (do Rei) Leite, velho, cuja idade podia desculpar a fraqueza (1), detiveram o monarca. Indecisamente ouve o embaixador; depois lord Beresford, que o quer levar, mas o Rei deu um passo atrás. O duque de Villahermosa elevou a voz e pediu:

«— Senhor, fazei a mercê de descer...

«No mesmo instante appareceu D. Miguel. O rei entrou, à pressa, no seu gabinete. Seu filho e lord Beresford seguiram-no e ficaram sós com ele.

(1) José António de Oliveira Leite de Barros, futuro conde de Basto e reaccionário, Ministro do Reino no governo de D. Miguel. Foi o grande perseguidor dos liberais. Era um velho sinistro. Nasceu em 1745 e faleceu, em Coimbra, em 4 de Agosto de 1833, sendo sepulto na igreja de S. Tomás, amortalhado no hábito de Cristo. Em 34 praticou-se miserável e vilíssima acção ao arrancarem-no do túmulo e ao arrastarem-no pelas lajes do templo. Apesar de ter sido um tirano, devia-se respeito ao seu cadáver.

O nosso plano falhara».

Voltaram à sala do Trono, sempre com o lord, e o Rei declarou que o filho prometera cabal obediência à sua autoridade, «mas o tom das palavras do monarca provavam que não estava convencido nem tranquilo».

O ministro de França contou que lhe fizera vários sinais e ao Núncio, e aproximando-se deles disse-lhes que falassem ao Infante. O Núncio pronunciou algumas palavras, mas como não sabia português, e dificilmente falava francês, pediu a Hyde de Neuville para ser o intérprete dos sentimentos do corpo diplomático.

A vitória anunciava-se naquele palácio ainda cercado de soldados.

O barão Hyde de Neuville deixou escrita a sua entrevista com o Infante D. Miguel.

«O Príncipe escutou-me com profunda atenção; o Rei não deixara de me exprimir o seu reconhecimento com o olhar. Voltou-se enternecidamente para o filho; várias vezes eu fôra interrompido pelas lágrimas de Sua Majestade, ou por estas palavras em que expôs a sua viva e profunda emoção: «*Isso é verdade*».

«O Infante respondeu-me, com muito boas palavras, mas com pouca segurança. Falou da conspiração: de papéis que entregara a seu pai e disse estar pronto a submeter-se a todo o castigo que Sua Majestade julgasse dever infligir-lhe se, depois de examinar a sua conduta, a julgasse responsável. Apresentou as suas desculpas ao corpo diplomático e declarou não ter sido por sua ordem que se lhe dificultara a entrada no

Paço. Recordou a morte do duque de Berry (1) e quis dar a entender que estava, mais ou menos, na mesma situação crítica em que se encontrava aquele príncipe antes do fatal acontecimento de 13 de Fevereiro, isto é, sob os punhais dos inimigos dos reis.

«O meu olhar e o silêncio prôvaram ao Infante que podia ter-se dispensado de estabelecer aquela comparação. Devia ter percebido que nenhum de nós acreditava no perigo a que se referira.

«Insisti fortemente para que a tropa se dispersasse. O Infante declarou que se seu pai ordenasse ele mandaria recolher os regimentos a quartéis.

«Eu disse, então, que visto Sua Majestade estar livre, e o marquês de Palmela preso, sem ser por ordem do seu Rei, devia ser desde já posto em liberdade. O Infante não respondeu; dobrou o joelho, beijou a mão de seu pai e partiu, num relâmpago, para ir, ele próprio, dar ordem para a retirada das tropas.

«Reinsisti, com aplauso de todo o corpo diplomático, para que o marquês de Palmela fôsse solto, e confesso que eram a lord Beresford que se dirigiam indirectamente as minhas palavras, porque ele se tornara o intérprete

(1) Carlos Fernando de Bourbon, duque de Berry, filho do conde de Artois (Carlos X), e de Maria Teresa de Saboia. Serviu no exército de Condé. Esteve emigrado em Inglaterra onde casou com Ana Brown e, em segundas núpcias, com Maria Carolina de Nápoles. Foi assassinado à saída da Ópera, em 13 de Fevereiro de 1820, por Louvel. O seu filho póstumo foi conde de Chambord. O assassino declarou que via nos Bourbons os inimigos da pátria, pois tinham voltado ao trono com a invasão dos estrangeiros. Não tivera cúmplices no seu crime. Foi condenado à morte.

e advogado do Príncipe; mas falava da sua submissão e boas intenções.

«Tinha uma grande curiosidade de ver como o marechal conseguiria conciliar a pretendida liberdade do Rei e a submissão do Príncipe com a detenção prolongada do ministro dos Negócios Estrangeiros, porque, de resto, eu sabia muito bem que o monarca não podia cousa alguma e que nós só tínhamos mais do que insignificantes palavras para garantia do regresso à ordem.

«Entretanto, aguardávamos impacientemente a retirada das tropas. As que rodeavam a Bemposta não se moviam e os vivas ao marquês de Chaves (1) tinham sido repetidos por elas, várias vezes, com uma espécie de affectação. Era verdade que esse general acabava de passar revista ao batalhão de caçadores 11, que guardava o Paço. Não se deve, todavia, colocar o marquês de Chaves no número dos conjurados. Seguiu o partido do Infante sem saber o que fazia nem o que queria fazer.

«Soubemos, enfim, que a tropa acabava de se retirar, mas que recebera ordem de não deixar os quartéis e de estar pronta a marchar ao primeiro apelo. Acrescentava-se, o que simplesmente era verdade, que o Infante ordenara expressamente aos comandantes das tropas que só obedecessem às suas ordens.

(1) Manuel da Silva Pinto da Fonseca, conde de Amarante, marquês de Chaves. Bateu-se, sob o comando de seu pai, contra os franceses. General e comandante de Valença em 1819. Revoltou-se contra o governo constitucional vintista em 25 de Fevereiro de 1825, mas foi batido por Luis do Rego, refugiando-se em Espanha, donde regressou após a *Vilafrancada*. D. João VI nomeou-o marquês de Chaves com a pensão de 1.600.000 e o título de conselheiro de guerra (1781-1830).

«Via-se já qual a maneira por que o jovem Príncipe concebia a submissão às ordens do seu Rei. Direi, todavia, que sou levado a acreditar que, possivelmente, ao deixar-nos tinha a intenção de obedecer e de cumprir o seu dever. Mas acabava de encontrar no Rossio o marquês de Abrantes ⁽¹⁾ e os seus outros conselheiros que o demoveram daquela boa resolução.

«Ouvimos grande barulho. Era o Infante que chegava a galope, seguido por numerosa escolta. Passou no meio do pátio do palácio: todos os oficiais o rodearam, alguns aproximaram-se e parecia dar-lhes ordens. Não se sabia o que ia fazer; uns diziam que levantaria a máscara, fazendo-se proclamar Regente; outros que aproveitaria esta reunião na Bemposta do corpo diplomático e de muitos vassallos fiéis para se apoderar do monarca e dos seus principais defensores.

«Algumas fisionomias pareciam perturbadas; os cortesãos precipitaram-se para as janelas; guardou-se silêncio; escutou-se. A tropa fez um movimento e viu-se, enfim, que desfilava e ia retirar. No mesmo instante o Rei e a princesa Isabel Maria ⁽²⁾ apareceram na varanda e de todos os lados se ouviram gritos de Viva o Rei!

«Os oficiais calavam-se; subiram alguns gritos de Viva o Infante mas os da fidelidade abafou-os. O povo e

⁽¹⁾ D. José Maria da Piedade de Alcântara Xavier de Lencastre, 5.^o marquês de Abrantes. Era muito amigo do infante D. Miguel. Atribuíram-lhe muitos desvaios e de ter influído na morte do marquês de Loulé. Houve quem dissesse ter sido o assassino o *Preto dos Pelitos*, irmão bastardo de D. José da Piedade.

⁽²⁾ D. Isabel Maria, filha de D. João VI e de D. Carlota Joaquina, era muito dedicada a seu irmão D. Miguel. Seria Regente, nomeada, por decisão do pai, poucos dias antes de êle falecer.

a tropa unânimeamente demonstraram como D. João VI era querido. É evidente que, naquele momento, podia mandar prender os conjurados e até o Príncipe. Bastava uma só palavra sua.

«Se eu estivesse junto do monarca, tomaria, sobre mim, a responsabilidade de lhe aconselhar que chamasse o Príncipe, lhe retirasse o comando e ordenasse, de seguida, a prisão dos comandantes dos corpos e do seu estado maior.

«A ordem restabelecia-se, mas o corpo diplomático estava nas janelas da sala do trono e o Rei não tinha a seu lado, na grande varanda, senão a princesa Isabel e lord Beresford.

«Sua Majestade entrou no seu gabinete logo que a tropa retirou. Combinámos não o deixar senão quando ele nos participasse que estava realmente livre. É de considerar que, quase no mesmo instante, nos avisaram que Sua Majestade nos convidava para ficar junto dele e a jantar no Paço.

«O Rei entrou logo na sala do Trono. O seu abatimento não deixava dúvida alguma acerca do seu estado de alma.

«O jantar decorreu friamente; falou-se pouco, estavam presentes dois generais dedicados ao Infante. Bebeu-se à saúde do Rei e ao esquecimento, se fôsse possível, do funesto dia 30 de Abril».

Fora nomeado o conde da Póvoa ⁽¹⁾ para substituir Palmela na pasta dos Estrangeiros enquanto o notável

(1) O conde da Póvoa, Henrique Pereira de Sampaio, começou por comerciante. Sabia falar inglês e quando os britânicos ficaram em Portugal de 1828 a 1814, e depois Beresford e os seus oficiais até 1820, aquele titular,

diplomata estivesse preso. Pedia-se ao corpo diplomático que se entendesse com aquele titular.

O ministro de França disse-lhe que não podia ter relações diplomáticas com outro ministro enquanto o rei estivesse prisioneiro, como se demonstrava, visto não poder soltar o marquês de Palmela. Hyde de Neuville, apenas com ele se entenderia, prêso ou solto, visto o seu sucessor só poder ter sido nomeado sob a influência das baionetas.

A advertência, feita em voz alta, produziu o seu efeito. Não se nomeou nenhum ministro que pudesse, por qualquer forma, servir designios iguais aos que motivaram o papel representado pelos diplomatas em defesa do Rei.

O conde de Suberra passara da legação de França para bordo da fragata britânica *Levely*, onde o ministro de Jorge IV lhe oferecera asilo.

Palmela foi liberto, no dia seguinte, mas continuaram as capturas de outras individualidades, conforme assegurou o ministro de França.

«A vingança e o medo ditavam aqueles mandatos e, cousa inaudita, via-se, na mesma família, pessoas presas e outras que se deixavam em liberdade e nos postos que ocupavam. Citava-se, por exemplo, a família do infortunado marquês de Loulé, cujo assassinio foi o sinal de todos os males: via-se a filha deste

que foi barão de Teixeira, era o agente das compras de víveres para o exército. Dedicou-se muito aos ingleses. Beresford conheceu-o de perto. Fabulosamente rico, foi Ministro da Fazenda.

último (1) seguir seu esposo no cárcere, enquanto o próprio filho do marquês (2) continuava a exercer o cargo de estribeiro-mor do Rei.

«A inquietação era geral: nenhum navio podia sair do Tejo; as tropas estavam de prevenção nos quartéis e ignorava-se qual o ponto de reunião indicado para se juntarem em armas quando tocasse a rebate.»

Pensou-se em dar guarida aos perseguidos a bordo de navios de guerra. O próprio Rei via-se constrangido a embarcar e o ministro de França mandara o secretário da legação, duque de Bellune a Cadiz, afim de tratar da vinda da fragata de guerra *Santi Petri* ao Tejo. Desejava hospedar D. João VI num navio francês.

Como fôra prêso o capelão da igreja de S. Luís Rei de França, o diplomata protestara. Selara as portas do templo e enviara as chaves ao Ministro dos Estrangeiros.

«De dia para dia a posição do Rei tornava-se mais terrível. Apesar do vivo pesar que sentia pela ausência de um navio, sob o nosso pavilhão — escreveu Hyde de Neuville — instiguei Sua Majestade a embarcar, acrescentando que, nessa ocasião, a sua segurança era a primeira coisa que me preocupava.

(1) D. Maria Luísa Filomena de Mendôça, filha dos marqueses de Loulé. Era prima do conde de Vila Flor, futuro duque da Terceira, António José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha, notável militar e liberal que D. Miguel mandara internar em Peniche, naquele Abril de 1824.

(2) D. Nuno José Severo Rolim de Mendôça, que seria duque de Loulé. Desposou a infanta D. Ana de Jesus Maria e foi o chefe do partido mais liberal do constitucionalismo, grão-mestre da Maçonaria e, por várias vezes, Presidente do Conselho de Ministros.

«Aconselhei-lhe, até, um navio inglês, porque, em tão graves circunstâncias deviam desaparecer todas as rivalidades entre nações.

«No dia 5 — de Maio — o terror chegou ao máximo na cidade que viu passar quarenta e sete carruagens escoltadas por um regimento de cavalaria, conduzindo os presos que o Príncipe mandava transportar para Peniche. Nesta ocasião, o ministro de Inglaterra separou-se de lord Beresford, acusando-o de perder o Rei, pela moleza da sua conduta, e sobretudo opondo a sua influência à execução da única medida que podia deter a anarquia.

«O Rei, satisfeito por ver o acordo unânime do corpo diplomático, determinou embarcar no dia seguinte de tarde, apesar do aviso do seu Conselho e do marechal (Beresford) que lhe apresentavam aquela decisão como a mais funesta que lhe podiam sugerir.

«No dia seguinte o paquete inglês velejou. O Príncipe, tendo descoberto que o conde de Subserra não se encontrava na legação, deu ordem para deter todos os navios. A ordem chegou muito tarde e o barco estava já longe.

D. Miguel montou a cavalo, chegou, em vinte e cinco minutos, ao forte de S. Julião e pôde ainda mandar disparar dezasseis tiros de canhão sobre o paquete que prosseguiu na sua rota e saíu a barra. Ignora-se se a intervenção do Príncipe consistia apenas em prender o conde de Subserra ou destruir a correspondência que ia levar a todas as cortes da Europa a notícia desta revolução.

Nesse dia o senhor de Palmela foi obrigado a esconder-se novamente. Conseguiu refugiar-se em casa do

ministro de Inglaterra e dali para bordo de um navio britânico fundeado no Tejo.

«As capturas continuavam mandadas fazer pelo próprio Príncipe, que interrogava os presos, já em número de trezentos, e ia diariamente a Caylus (Queluz) ter com a Rainha, e supõe-se que receber as suas instruções.

«À tarde tudo se dispôs para o embarque do Rei: as chalupas inglesas estavam a postos, o ministro de Inglaterra esperava Sua Majestade na praça do Paço de Baixo ⁽¹⁾, mas o rei, ao chegar a hora convenionada, ao ver a Rainha, a passear nos jardins do palácio, não teve coragem de ali ir, e os preparativos tornaram-se inúteis nesse dia.

«Algumas imprudências fizeram recear que o projecto fôsse descoberto. O encarregado de negócios da Holanda passara a noite a bordo da fragata inglesa; os da Rússia e da Dinamarca ⁽²⁾ tinham embarcado de tarde num navio dinamarquês; e, se os espiões que vigiavam o ministro de França tivessem cumprido o seu dever, poderiam dizer ao Infante que nós — escrevia Hyde de Neuville — estávamos a bordo de um navio mercante francês, e embarcando no meu escaler tínhamos ido até à estação inglesa, recolhendo a terra muito tarde. Tornava-se urgente que o Rei tomasse o seu partido e não adiasse mais. Nesse sentido lhe falei nessa mesma tarde. Esperávamos, a todo o momento, ver

(¹) Era a parte do paço da Bemposta vizinho do Campo de Santa Ana.

(²) Comendador del Borgo di Primo. A Legação era na rua da Emenda.

o Infante apossar-se de todos os caminhos que conduziam ao rio.»

No dia 8 não foi possível resolvê-lo e ante as instâncias do ministro de França, D. João VI declarou-lhe:

« Amanhã às onze horas, tudo estará acabado. Só falarei consigo e com o senhor Thornton — era o ministro britânico — mas não quero os seus escaleres. Vou dizer a todas as pessoas da minha confiança, que renuncio a deixar Lisboa, direi o mesmo aos outros membros do corpo diplomático, e amanhã, domingo, como os operários não estão no Arsenal, eu lá irei. Ali embarco algumas vezes, com as minhas filhas, para passar à Outra Banda, e fique certo que ninguém ousará opor-se às minhas ordens ».

D. João VI cumpriu o prometido.

No dia 9 de Maio de 1824 entrou a bordo da nau britânica *Windsor Castle* fundeada no Tejo.

Acompanhava-o sua filha D. Isabel Maria e as outras intantas, cujas damas ficaram na Bemposta. Pouco depois chegava o conde de Subserra, que deixara o nome suposto de Theodore Martin, com que estivera na *Lively*, e recebia as ordens do real amo. Também se refugiaram na nau britânica a esposa, a filha e o genro daquele político.

O rei assinou a ordem de soltura de todos os presos, indo o marquês de Loulé buscar a irmã e o cunhado, conde de Vila Flor.

Pouco depois, apareciam ali Palmela e mais pessoas da corte. D. João VI retirou o comando do exército ao Infante e ordenou-lhe que se lhe apresentasse. D. Miguel

não tardou em obedecer à determinação paterna. Entrou a bordo, ajoelhou-se e exclamou:

« — Meu pai, mesmo que estivesse no fim do mundo, teria vindo para junto de Vossa Majestade.»

Como o soberano se retirasse sem responder, assim como as princesas, «o jovem Príncipe ficou só chorando muito e guardado à vista».

«Ao cabo de uma hora conseguiu que El-rei o ouvisse e reconheceu quanto era culpado; acusou os conselheiros de o terem arrastado para o abismo e quando o rei lhe disse que o projecto dos conspiradores, cuja causa ele servira, consistia em lhe tirarem o trono e talvez a vida, disse com sentida comoção:

« — Meu pai, se acontecesse essa desgraça teria cravado uma faca no coração».

Ele não era mau, livre dos companheiros e dos incitamentos maternos. Assim o considerariam os que o viram no tumultuoso lance.

Depois foi enviado para Viena de Áustria, tendo embarcado na fragata *Pérola*, que largou do Tejo em 13 de Maio, pelas quatro horas da tarde, navegando escoltada pela fragata inglesa *Lively* e pelo brigue francês *Zèbre*.

Nesse dia festejavam-se os cinquenta e sete anos de el-rei D. João VI e Lisboa iluminou-se.

Acabara o pesadêlo: o Terror Branco.



CADERNOS HISTÓRICOS

Publicados :

- Rocha Martins*
A Democracia
sua origem, sua eclosão e seu triunfo
- Rocha Martins*
Os Direitos do Povo
(A Casa dos Vinte e Quatro)
- Rocha Martins*
A Liberdade Portuguesa
(1820)
- Rocha Martins*
A Primeira Constituição Portuguesa
- Lopes d'Oliveira*
A Revolução de 5 de Outubro de 1910
- Rocha Martins*
A Carta Constitucional
- Aquilino Ribeiro*
Camões e o Frade na Ilha dos Amores
- Rocha Martins*
A Evolução
do Proletariado em Inglaterra
- Rocha Martins*
Antero do Quental e o Socialismo
- Rocha Martins*
Maria da Fonte
- António Rues*
A Magna Carta
- João de Barros*
Almeida Garrett e Alexandre Herculano



JOÃO DE ALMEIDA JUNIOR
TRAVESSA DO SEQUEIRO, 2
(Às Chagas)
LISBOA